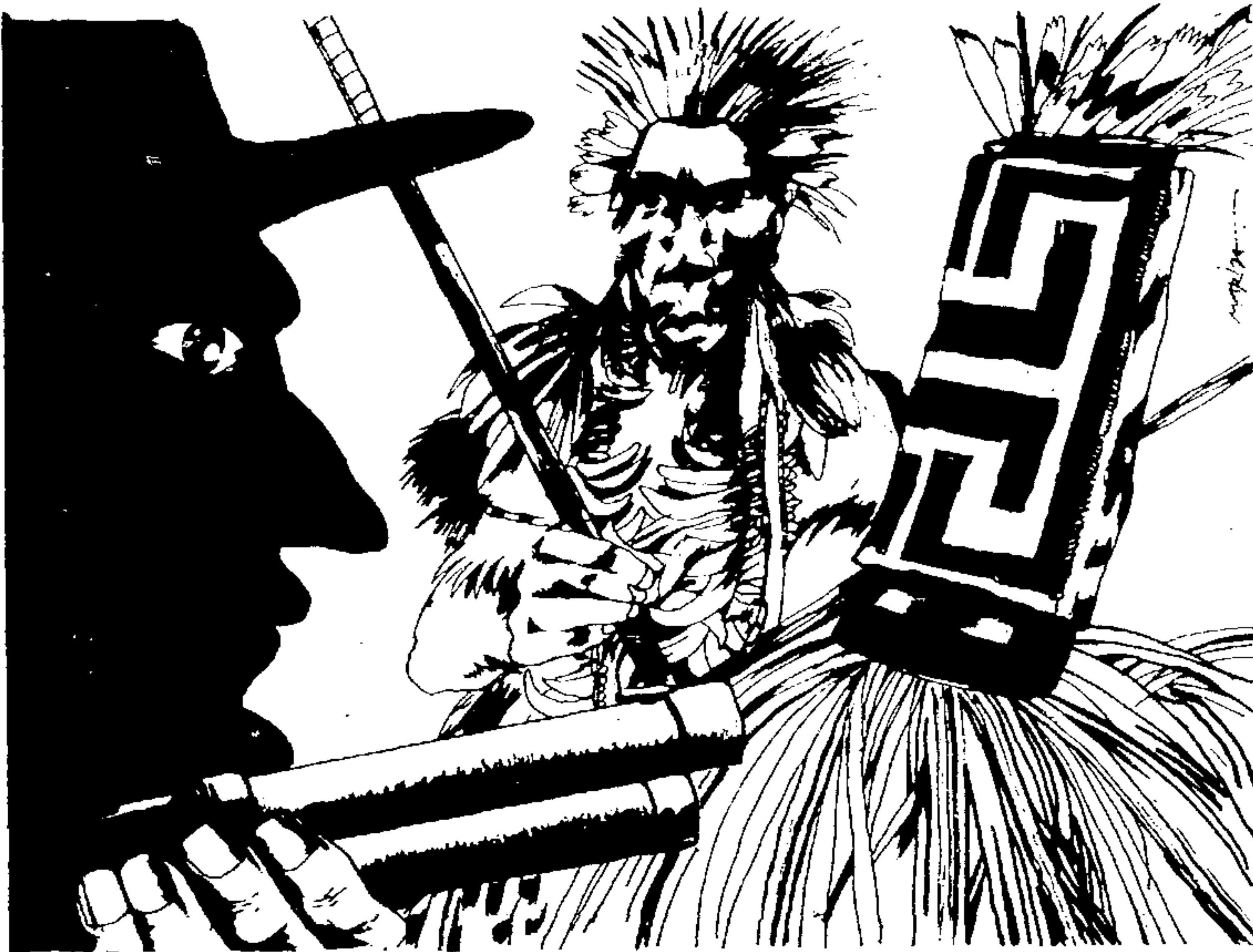


Cinco anos depois, a demarcação é ainda uma promessa

A demarcação constitui recurso jurídico para garantir aos índios terras que milenarmente são suas, bem como protegê-los da influência perniciosa dos brancos invasores. Mostra o autor que, após cinco anos de muitas promessas, as autoridades sequer iniciaram esse trabalho de proteção em 70 áreas dentre as 500 existentes.

Pedro Zan



Cinco anos depois de muitas promessas, o Governo Federal ainda não iniciou a demarcação de 70 áreas indígenas de um total de mais de 500 que sofrem continuamente a invasão de posseiros e fazendeiros, o que reduz ainda mais os limites dessas reservas. Esse é um trabalho tão prioritário que antes mesmo do início da Semana do Índio, de 19 a 24 de abril, seus organizadores já escolheram um importante slogan: "Ano após ano, pela demarcação das terras indígenas."

Qual o motivo desse atraso? "Falta de verbas", argumenta a Funai, para retardar ainda mais a demarcação das terras, um trabalho que agora não tem sequer prazo para ser concluído. Ao mesmo tempo em que mantém sua indecisão, a Funai, segundo fontes da Comissão Pró-Índio, ficará na dependên-

cia dos Ministérios do Interior e Assuntos Fundiários (este sem qualquer relação com a preocupação de se zelar pelo índio) que terão a "decisão final" nas discussões pela demarcação.

Para a demarcação do primeiro lote de áreas, a Funai solicitou ao Governo Federal Cr\$ 1,5 bilhão, que foi reduzido inicialmente para Cr\$ 426 milhões, até chegar recentemente a Cr\$ 35 milhões, quantidade que sequer é suficiente para contratação de topógrafos e pessoal de campo, acostumados a esse trabalho de delimitação de áreas. Enquanto as verbas diminuem, cresce a tensão social em muitas dessas reservas espalhadas em todo o País.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo explica que as populações indígenas ocupam nesgas de terra desde tempos pré-colombianos e, pelo Estatuto do Índio, es-

sas áreas lhes pertencem, independente de qualquer delimitação realizada pelo Governo Federal. E que Ministérios do Interior e Assuntos Fundiários — não engajados na luta pela preservação da integridade do índio — estão mais preocupados em atender todos os grupos interessados na posse da terra do que dar uma solução definitiva para cada caso.

Comissão Pró-Índio e órgãos internacionais pressionam a Funai

Além de não conseguir delimitar as terras em que vivem há milênios, os índios podem ficar sem ver-

bas suficientes para manter sua assistência médica, o que irá colaborar para a redução da população das tribos, no instante em que a Funai anuncia o início de contato, ou maior aproximação, com parte dos cerca de 10 mil índios ainda sem conhecer a civilização, ou em fase de atração pelas equipes de sertanistas. Atualmente, há oito frentes de atração nos Estados do Amazonas, Maranhão, Goiás, Pará, Rondônia e Território de Roraima. A Funai está fazendo o levantamento de outros seis grupos indígenas, no Amazonas e Maranhão, para abertura de novos pontos de contato.

O argumento da Funai está em desacordo com o que ocorre na prática: "Tais trabalhos (os de frentes de atração) permitem conhecer a extensão de terras necessárias a cada grupo indígena, visando à futura demarcação, e garantem uma assistência permanente aos índios, referente aos seus direitos. O que acontece, porém, é que a maioria das frentes de atração está sujeita a ataques de índios contra funcionários da Funai, o que leva os sertanistas a argumentar: "Esta é uma reação natural dos indígenas, ante a presença dos brancos em suas terras, já que os silvícolas sempre foram agredidos e quase dizimados por brancos, durante toda a História do Brasil."

Crescem os comentários na região de Cuiabá, em Mato Grosso, que nos próximos dias serão adotadas as primeiras medidas para nova diminuição das reservas indígenas, por causa das pressões fundiárias. Recentemente, venceu o prazo para o pagamento da dívida (primeira parcela) da Agropecuária Capemi à Funai — um contrato pelo qual ficou acertado que a empresa se encarregaria de retirar madeira de uma área de 20 mil hectares que pertencem aos índios Paracanã. O valor total do contrato é de Cr\$ 356 milhões.

Ainda em março, o Banco Mundial enviou telex à Fundação Nacional do Índio, reclamando do atraso na demarcação das terras dos índios Nhambiquara, em Rondônia (cerca de 400 mil hectares), conforme ficara acertado com o gover-

no brasileiro, durante assinatura de financiamento a programas do Polonoroeste. O telex provocou irritação no presidente da Funai, coronel Paulo Leal — "não aceito pressões de ninguém" —, que voltou a alegar falta de recursos para demarcar terras e indenizar fazendeiros da área. Nessa época, a Funai tinha em caixa apenas Cr\$ 32 milhões; para indenizar todos os fazendeiros seriam necessários Cr\$ 250 milhões.

Empresa envolvida em irregularidades invade área dos Paracanã

Os Paracanã, que perderam as árvores de suas terras para a Capemi — empresa envolvida em várias irregularidades e cuja direção deverá responder a uma CPI criada na Câmara Federal —, escolheram, há cinco anos, um novo local para viver, ao saberem que suas reservas seriam inundadas pelo lago a ser formado com a barragem de Tucuruí. Transferidos, os índios não tiveram até agora uma delimitação de suas novas terras, motivo de inquietação em virtude de esta área já ter sido invadida por colonos do Inca.

Com a transferência dos Paracanã, os índios tiveram mais prejuízos que vantagens. Perderam o auxílio do hospital da Vila Permanente, existente junto ao canteiro de obras da usina hidrelétrica de Tucuruí, sendo cuidados por atendentes de enfermagem da Funai que, em sua maioria, "não possuem conhecimento suficiente de moléstias que atingem as populações indígenas". Além disso, desde 1978 há índios Paracanã perambulando pelo seu novo território, sem ter tido nunca contatos com brancos. Eles representam uma população de 100 a 150 pessoas.

A difícil situação do índio e da demarcação de suas terras foi um dos motivos que levou o deputado e ex-cacique xavante Mário Juruna a apresentar um projeto propondo a criação da

A situação atual das terras dos índios Bororo de Mato Grosso é das mais críticas. A reserva indígena de Meruri está apenas parcialmente demarcada, uma situação melhor do que a dos Bororo da reserva de Teresa Cristina, Tadarimana e Jarudori. Das três, a de Tadarimana está fortemente ameaçada por brancos interessados nas ricas matas e terras férteis; a de Teresa Cristina foi invadida por um fazendeiro que ocupa as melhores terras, deixando aos Bororo áreas arenosas sujeitas à invasão de posseiros e pescadores. O comentário geral na região é que "as reservas indígenas vão acabar".